

Clipping UERGS - Assessoria de Comunicação (Ascom)

Assunto: Bogo quer a volta de plebiscitos para decisões do Estado

Veículo: Jornal do Comércio

Editoria/Coluna: Entrevista Especial

Data: 08-08-2022

Local/Abrangência: Porto Alegre/Estadual

Link/Página:

<https://admin.uergs.rs.gov.br/upload/arquivos/202212/05121532-08-08-2022-jornal-do-comercio.pdf>

Formato:

Impresso

Internet

Rádio

TV

Enfoque:

Positivo

Negativo

Neutro

Desde 1999 sem ocupar cargos eletivos, Vicente Bogo volta à política gaúcha em um momento de polarização e, particularmente, de dificuldades na composição de siglas nas eleições gaúchas. Fundador do PSDB e filiado ao PSB em março de 2022, coube ao ex-vice-governador ocupar a cabeça de chapa da qual Beto Albuquerque abriu mão. Bogo crê que a candidatura própria no PSB, sigla que foi aliada de governos de esquerda e centro e centro-direita nos últimos anos, coloca o partido "claramente em um campo de centro-esquerda, porque não é incompatível com o capital. Não vou ter desenvolvimento social se não tenho desenvolvimento econômico". Nesse sentido, o político disse avaliar a retomada de consultas públicas para a aprovação de medidas significativas para o Estado como as privatizações. "Dependendo do tamanho do problema, não só político, mas do impacto econômico, financeiro, na vida das pessoas, por que eu não posso fazer um plebiscito?" Nesta entrevista ao Jornal do Comércio, Bogo lembrou e avaliou políticas das quais fez parte como vice-governador na gestão de Antonio Britto (MDB, 1995-1998) à frente do Piratini e falou de suas propostas para a educação, como a transformação da **Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)** em uma universidade tecnológica, a prestação de assistência psicológica nas escolas por meio de parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS), visando a conter a evasão e a buscar os estudantes que se afastaram do sistema de ensino.

Jornal do Comércio - Com a saída de Beto Albuquerque da disputa, em um cenário em que não se conseguiu costurar alianças por não abrir mão da cabeça de chapa, seria possível construir alguma composição agora?

Vicente Bogo - É certo que nós buscamos a unidade das forças democráticas. Do campo centro-esquerda, isso implicaria também o PDT, mas apesar desse esforço, não foi viabilizado por vários motivos. Não teria sido bom que os diretórios nacionais fizessem intervenção nem no PT nem, no nosso caso, no PSB (para que pré-candidatos abrissem mão de uma cabeça de chapa). Isso geraria dispersão no Estado e causaria outros danos aos partidos, sobretudo na composição das nominatas para deputado estadual e federal, e desmobilização inclusive na base. No PSB, dado todo o debate que houve e alguns

desencontros nessa discussão do Beto com o PT, gerou-se um pouco mais de resistência a coligar não sendo na cabeça.

JC - O que levou à viabilização de sua candidatura?

Bogo - Vinha pré-candidato ao Senado... o que deu um espaço maior para nós é que o MDB não tem um candidato próprio. Isso deixa o eleitorado mais solto, o eleitor tende a procurar uma alternativa mais identificada, e honestamente penso que preencho isso bem, na medida em que eu tive uma relação muito forte com o MDB.

JC - O PSB participou dos governos Olívio Dutra (PT), Tarso Genro (PT), José Ivo Sartori (MDB) e Eduardo Leite (PSDB). O lançamento da candidatura própria é uma sinalização de mudança de rumo dentro do PSB? Firma uma posição mais clara no espectro político no RS?

Bogo - Sim, o PSB já teve candidato a governador no Estado, não será a primeira vez, porque teve o Fúlvio Petracco. Havia uma expectativa grande de voltar a ter candidato, tinha gerado um ânimo interno com a pré-candidatura do Beto.

JC - A ideia é firmar o PSB como partido de centro-esquerda?

Bogo - Vou contribuir na expectativa que o partido tem de "consolidar o imaginário real do PSB", porque há ainda um imaginário muito preconceituoso na sociedade, quando se fala em socialismo e comunismo... é tudo a mesma coisa ou não? A sociedade não tem mais um referencial, acho que a campanha vai ajudar a consolidar uma referência de centro-esquerda para o Estado. O socialismo é social. Uma visão político-ideológica que centraliza a sua ação no bem-estar social, ponto. Isso nos põe claramente em um campo de centro esquerda, porque não é incompatível com o capital. Não vou ter desenvolvimento social se não tenho desenvolvimento econômico.

JC - O governo Britto é lembrado até hoje por ações como o refinanciamento da dívida do Estado e o início de um ciclo de privatizações. Fazendo uma retrospectiva, como o senhor avalia a gestão?

Bogo - A questão do público e privado precisa ser repensada, compreendida adequadamente também. Tem que se olhar sempre a circunstância histórica, você vai perguntar se eu era a favor da privatização da CRT? Ideologicamente não, objetivamente, eu não tinha como objetar, porque a CRT era uma das poucas empresas que dava lucro, mas mesmo assim ela não tinha perna para fazer a expansão da rede fixa, que já estava morrendo, muito menos para implantar a rede móvel. O Estado estava endividado: gastava-se na época cerca de 77% da receita líquida com folha, ativos e inativos. Eu, como vice-governador, não estive nas comissões de mesa e tratativas do que se decidiu

(em relação a privatizações). Na CEEE, ele (Britto) teria gostado de ter feito a solução completa, como terminou agora, porque a dívida da CEEE já era extraordinária na época; era lucrativa, até agora, mas quando você pega o passivo da dívida, de custo...

JC - Então, o senhor concorda como o processo de privatização da CEEE foi concluído?

Bogo - Não estou aprovando como foi feito, não estou discutindo isso, digo que quando você tem que entender uma demanda de energia, de estrada... ou o poder público tem como fazer, ou ele discute com a sociedade. Eu discuto primeiro com a sociedade: "olha, precisamos resolver isso, não temos caixa", governantes não fazem essa discussão porque tem resistência, e se trava (o andamento dos projetos), então faz passar aquilo num pacote. Aí fica malvisto o político, porque não foi o esclarecimento necessário, não envolveu a comunidade em uma solução, e portanto, no meu trabalho, eu pretendo dialogar mais com a sociedade. Mas em princípio, eu não pretendo privatizar o Bannisul. Quero deixar claro isso. Há também um problema grande ali na Corsan. Ela já perdeu muitos municípios, alguns assinaram e mudaram a lei, outros não assinaram... temos um gargalo enorme porque não dá para dizer: "vou privatizar ou não vou privatizar". Tenho que dialogar com os municípios.

JC - Nesse sentido, pretende retomar a obrigatoriedade da realização de plebiscito para questões como as privatizações?

Bogo - Primeiro foi criada uma dificuldade na modificação da Constituição, depois foi retirada para facilitar. Quando se discute com a sociedade, dependendo do tamanho da extensão do impacto do problema, não só político, mas do impacto econômico, financeiro, na vida das pessoas, por que eu não posso fazer um plebiscito? Mas isso não houve... ou ambiente para isso, ou ninguém quis correr o risco porque já pressupunha perder. Em princípio, se eu puder, farei sempre a consulta.

JC - O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) vai ter um impacto direto nos próximos governos. Há uma estimativa de que o próximo governador terá de pagar R\$ 14 bilhões da dívida. Espera fazer algum tipo de renegociação com o governo federal?

Bogo - Engraçado, foi feita uma negociação ontem, e tem que refazer amanhã, não é? Quando se quer abrir uma negociação, tem que ter um fato que justifique, é difícil reabrir uma discussão que já foi negociada tantas vezes. Houve questionamentos sobre a dívida, no sentido de identificar ela é real ou não. Eu tinha visto análises da dívida a partir da negociação do nosso governo, do Britto. Não foi ali que o problema aconteceu. Nós tivemos um dano enorme na nossa receita pública, dá para discutir pelo outro lado, que foi a Lei Kandir. Houve, durante o governo Britto, uma negociação, que no meu juízo foi

altamente vantajosa para o Estado. Porque a maior parte da dívida de era títulos da dívida pública. Até aquele momento, nossa dívida tinha títulos federais e títulos estaduais. Os do Estado custavam em média 30% a mais do que os títulos federais. Quando quando federalizaram os títulos e o governo federal comprou tudo, ele ficou com essa conta dos 30% a mais. Ninguém falou disso, nós economizamos sobre os títulos todos os dias, até hoje 30% no mínimo, então não dá para alguém sério dizer que não foi um bom negócio.

JC - Dá para governar o Estado sob o RRF com as regras vigentes agora?

Bogo - Tem que ver o que vai acontecer. São duas coisas: com a decisão do Supremo, que esses que determinou que o prejuízo na redução de ICMS sobre a gasolina seja compensado pelo governo federal, ou mesmo debatendo as parcelas da dívida... em tese dá para fazer isso ano que vem, porque não se está pagando dívida agora, correto? Segunda coisa que tem que se ver, é se vai se manter lá na frente essa regra de nivelar em 17% para todo mundo, porque alguns estados estavam lá em cima, o Leite prorrogou e manteve em 30%, veio a 25% há pouco tempo e ele comemorou como se tivesse baixado imposto. O pior é que estava dando uma baita receita porque o preço do combustível estava lá em cima. Pode ser que o preço amanhã esteja lá em baixo, daí a média, em algum momento futuro, pode até salvar um pouquinho, mas a média está baixa, então haverá um prejuízo certo, é uma renúncia irrenunciável ao tributo do Estado. O governo vai passar sem fazer grandes coisas se houver inflação, porque ele continua arrecadando mais, e se ele conseguir conter o gasto permanente... a demanda está aí, os professores querem reajuste, os deputados querem reajuste, tu tens que ter dinheiro para ver como resolve o IPE, tem um bocado de coisas que não é fácil segurar. Por isso que um governo que não é claro na campanha, e não educa o povo para o problema, depois tem que ficar meio que tapeando, né? E eu espero não tapear ninguém em um governo futuro.

JC - No caso das propostas de governo, o que o senhor pensa, por exemplo, para a educação, que durante a pandemia viveu uma evasão extrema? O que é possível fazer para atrair esses estudantes de volta?

Bogo - Estou ajustando o programa que veio do Beto, está bem interessante a construção que foi feita. Tenho algumas inovações que pretendo trabalhar. A primeira pergunta que eu fiz para a equipe, quando me apresentaram o programa, é se há dinheiro para fazer isso tudo. Estão lá classificadas ações de baixo custo, médio custo... Se você olhar hoje, quantos alunos do ensino médio estudam no estado e tem acesso a curso profissionalizante? 10%, o resto que não vai necessariamente para a universidade, precisa trabalhar. Então a evasão também tem a ver com fato de que a escola não dá respostas objetivas aos interesses do estudante, e eu tenho que fazer um tipo de

intervenção em que ele tenha interesse no estudo. Para isso tem que se resolver algumas coisas. Os jovens de hoje têm enormes problemas de depressão, de drogas. Qual a assistência dada pelo Estado e Município? Quantos psicólogos tem nas escolas? Bom, não há psicólogos em todas as escolas, mas talvez eu possa coloca-los na assistência de Saúde de Família, que já está pronto no SUS. Eu também tenho que mudar um pouco a escola: se houver meios, eu vou fazer em todas as escolas, a partir das maiores, laboratórios de informática, de ciências, de mecatrônica, e não só isso, vamos trabalhar para ter o contato com a natureza: a escola tem um cantinho lá que dá para fazer uma horta? Também é preciso começar a atualizar as diretrizes político-pedagógicas do ensino público.

JC - Mas passa pela Câmara...

Bogo - Não, isso posso fazer diretamente, porque é treinamento, capacitação, não depende da lei, eu posso fazer um acordo com universidades, temos que ver o modus operandi mais adequado. Eu tenho que entrar com um ensino profissionalizante, com formação técnica de qualidade. Vamos fazer isso com parcerias. A Constituição estadual estabelece que 0,5% da receita teria que ser destinada a um fundo para financiar bolsas para pessoas carentes, para instituições de ensino superior comunitárias. Isso está na Constituição há 34 anos e não se cumpriu. Eu tenho uma universidade estadual. Se uma universidade estadual e a comunitária fazer a mesma coisa, eu destino uma parte para vocês, vocês fazem uma parceria comigo e progressivamente se substitui a atividade profissional da **Uergs**. Eu quero que a **Uergs** vá se convertendo progressivamente em uma Universidade Estadual Tecnológica.

PERFIL

Vicente Joaquim Bogo nasceu em Rio do Oeste (SC) e tem 65 anos. Vem de uma família de agricultores, é professor e político. Em Santa Rosa, local onde deu início à sua trajetória na política, foi vereador suplente, em 1982, pelo MDB. Na eleição seguinte, elegeu-se deputado federal constituinte, atuando na defesa do segmento agrário, empresarial e cidadão. Durante seu mandato, apresentou 111 emendas, aprovando 32. A mais relevante foi a que assegurou o direito de aposentadoria aos trabalhadores e trabalhadores rurais.

Pelo PSDB, partido que ajudou a fundar no Estado, foi vice-prefeito de Santa Rosa (1993-1994) e vicegovernador do Estado na gestão de Antonio Britto (MDB, 1995-1998). Liderou entidades ligadas ao cooperativismo como a Ocergs/Sescoop (1999-2007). Em 2002, concorreu ao Senado. De 2013 a 2015, foi consultor da prefeitura de Viamão.

Também foi secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul/RS) de 2015 até 2018. Bogo desfilou-se do PSDB e ingressou no PSB em março deste ano.